

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR THE INCLUSION OF DISABLED PEOPLE IN HIGHER EDUCATION

Estefany Rani Santos MENEZES¹; Jennifer Silva FAGUNDES¹; Thatiane Santos RUAS².

Faculdade de Minas – FAMINAS-BH

Resumo: O presente estudo teve como objetivo principal analisar como gestores e alunos concebem e vivenciam a inclusão de pessoas com deficiência no contexto de uma instituição privada da educação superior. Para a realização da pesquisa foi utilizada como abordagem a pesquisa qualitativa e, como procedimentos, a pesquisa bibliográfica e o trabalho de campo. Nesse contexto, foram utilizados o questionário e a entrevista semiestruturada como instrumentos de coleta de dados. O questionário foi aplicado para os alunos de sete cursos diferentes, totalizando 217 respondentes, e a entrevista foi direcionada a uma gestora da instituição investigada. Os resultados identificados a partir das análises dos dados coletados, demonstraram, entre outras coisas, que os alunos reconhecem que a instituição possui uma infraestrutura adequada ao atendimento de pessoas com deficiência, porém, grande parte desconhece outras ações que a instituição faz em prol das pessoas com deficiência. Já na entrevista com a gestora observou-se que a mesma está em consonância com as ações que a instituição realiza conforme as exigências legais voltadas para a inclusão e se mostrou atenta às novas modificações quando houver alguma mudança de lei. Através da pesquisa conclui-se que a instituição investigada está se preparando cada vez mais para receber as pessoas com deficiência, além de conter um diferencial que é de oferecer o curso de Libras na matriz curricular de todos os cursos, sendo importante também garantir a oferta de serviços mais perceptíveis a públicos diferenciados.

Palavras-Chaves: Inclusão; Gestão; Educação superior; Pessoas com deficiência.

Abstract

The present essay had got as a general aim the analysis of how, gestors and students, could conceive and experience the inclusion of disabled people in the context of a higher education in a private institution. To perform this research, it used qualitative research approaches, and as procedure, literature search, field research. The questionnaire was which was applied for the students from seven different courses, reaching a total of 217 respondents, and the interview was directed to a manager of the institution under investigation. The results identified from the analyzes of the collected data, demonstrated, among other things, that students recognize the excellence of the institution's infrastructure suitable for the care of people with disabilities, but most are unaware of other actions that the institution does for of people with disabilities. According to the manager's interview, it was possible to observe that he / she agrees with the actions taken by the institution, in accordance with legal requests that are concerned with inclusion and has been attentive to the new demands when a change in relation to the law. The conclusion is that the institution under investigation is preparing carefully in order to receive disabled people as well as pursue an enormous diferencial which is offering a sign language course in its curricular matrix in all courses, and also considering important to guarantee the offer of more perceivable services to differentiated audiences.

Key words: Inclusion; Management; College education; Disabled people.

¹ Graduação em Administração pela FAMINAS BH. E-mails: (*estefanyrani@yahoo.com.br*); (*jennifersilvaf@icloud.com*).

² Mestre em Educação. Pedagoga. Professora de cursos de graduações na Faminas-BH e na UEMG-Unidade Ibitaré. (*thati.santos.ruas@gmail.com*)

Introdução

O presente artigo tem como tema central a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, considerando a visão de gestores/as e alunos/as de uma instituição de ensino superior privada situada na cidade de Belo Horizonte.

Assim, é importante observar o processo histórico, especialmente no que tange à idade antiga e idade média, por que passaram as pessoas com deficiência. Nesse contexto, vale destacar que muitos foram e, de algum modo ainda são, os obstáculos vivenciados pelo referido público, obstáculos esses relacionados à discriminação, exclusão, abandono e até extermínio, pelo fato de serem consideradas pessoas anormais, imprestáveis à sociedade, improdutivos, incompetentes, entre outros adjetivos pejorativos e degradantes.

Todavia, aproximadamente, no início do século XX começaram a surgir eventos pelo mundo que denunciavam a exclusão e defendiam os direitos das pessoas com deficiência. É importante frisar que tais eventos estavam relacionados aos processos de educação educativos formais e não formais, o que deu início a mudanças de paradigmas em prol de uma inclusão social plena desses sujeitos.

Nesse sentido, surgem alguns eventos que abordam a inclusão de pessoas com deficiência no meio educacional. Pode-se citar, como exemplos, a Declaração Mundial de Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (1990), que defendia que todas as pessoas tivessem acesso à educação de qualidade e que fosse oferecido um espaço adequado a elas, e a Declaração de Salamanca (1994), que definia a escola inclusiva como sendo o ato da escola se aderir às necessidades dos alunos, fazendo com que todos aprendam juntos, independente de cada dificuldade ou limitação.

Desse modo, o Brasil, sendo um dos 88 países participantes do Congresso em Salamanca, na Espanha, que originou a Declaração de Salamanca (1994), começou a esboçar interesse, por meio de legislações e políticas públicas, sobre a proposta de educação inclusiva apontada no cenário internacional. Assim, foram elaborados dispositivos legais, como o Decreto nº 7.611 de 2011, que determina que o atendimento especializado das instituições deve estar no plano pedagógico da escola, e como a de Lei nº 10.098/00, a qual especifica como o espaço físico deve ser organizado para receber as pessoas com deficiência.

No que se refere ao contexto da educação superior, trabalhar com a inclusão é enfrentar desafios com relação, entre outras coisas, ao desconhecimento por parte de alunos e profissionais e às normas legais que são exigidas por órgãos reguladores, como o Ministério da Educação, que por meio da Lei 10.861/2004, que instituiu Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por exemplo, avalia as Instituições de Ensino Superior no âmbito de desempenho e

infraestruturas dentro de dimensões estabelecidas nos instrumentos de avaliação, que envolvem espaço físico, corpo docente, corpo discente, entre outros. Desse modo, as instituições devem estar preparadas no sentido de oferecer um espaço acessível e uma educação de qualidade e comprometida com as demandas de todos os alunos.

Nesse contexto, vale ressaltar que as autoras do artigo escolheram este tema devido ao interesse em aprofundar o conhecimento sobre a educação inclusiva e entender concepções e práticas de gestores e alunos de uma instituição de ensino superior.

Considera-se o tema relevante, tendo em vista que o mesmo está na pauta de políticas públicas, como o Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior Secadi/Sesu, 2013, de legislações, como o Decreto nº 5.773/06 que obriga as universidades a propiciar a inclusão para justificar a inserção nos processos de gestão, entre outros, além de fazer parte de debates e discussões em universidades e nas mídias em geral.

Entre as legislações existentes neste âmbito é importante destacar que o direito de acesso à educação está ancorado na Constituição Federal de 1988, a qual serve de base para outras leis e decretos que surgiram posteriormente. Nesse sentido, pode ser citada a Lei nº 13.146/15, que se refere ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, destacando a maneira de incluir as mesmas em todos os ambientes, como nas instituições de ensino superior, e tendo seus direitos de acessibilidade na unidade de ensino e acesso às matérias de estudo. Sendo assim, foi importante pesquisar para entender como os gestores lidam com as mudanças que devem ser feitas para receber as pessoas com deficiência e como os alunos percebem estas mudanças no meio institucional.

Com base no exposto, questionou-se como gestores e alunos concebem e vivenciam a inclusão de pessoas com deficiência no contexto de uma instituição privada da educação superior? A hipótese levantada a partir da referida pergunta problema foi que os gestores da instituição agem e pensam conforme as legislações já direcionadas para inclusão de pessoas com deficiência e os alunos vivenciam as mudanças realizadas na instituição, mas, muitas vezes, desconhecem ou não refletem sobre o assunto.

Diante desse questionamento, o objetivo geral da presente pesquisa foi analisar como gestores e alunos concebem e vivenciam a inclusão de pessoas com deficiência no contexto de uma instituição privada da educação superior. Especificamente objetivou-se: a) identificar em documentos oficiais institucionais como a inclusão de pessoas com deficiência era abordada; b) perceber como os gestores da instituição planejam e promovem ações em prol das pessoas com deficiência; c) verificar como os alunos de alguns cursos percebem a inclusão no contexto educacional.

Esse artigo é composto por quatro seções, entre elas a introdução, em que é citada a contextualização do tema, sua importância, o problema de pesquisa e os objetivos que foram traçados. Na segunda seção, apresenta-se a metodologia, o referencial teórico. A terceira seção é a análise dos dados coletados durante a realização da pesquisa de campo. Por último, a conclusão, apresentando as considerações finais do trabalho.

Procedimentos metodológicos

O presente artigo teve como abordagem a pesquisa qualitativa, pois os resultados a serem obtidos não se dão em formas numéricas, mas sim de forma prática, a partir de uma maneira coesa, de forma lógica (MICHEL, 2005). Os tipos de pesquisas adotados foram a exploratória e a descritiva. A primeira costuma ser usada para pesquisas em que os temas investigados são escassos, buscando respostas para o problema elaborado, e a descritiva investiga características de determinados grupos, população (GIL, 2011).

Como procedimentos de pesquisa, foram desenvolvidas a pesquisa documental e a bibliográfica. Gil (2010) sinaliza que a pesquisa documental se utiliza de dados primários, privados de uma organização e a pesquisa bibliográfica é realizada por fontes anteriormente publicadas, como livros, artigos, assegurando-se de que são confiáveis, permitindo que outras pessoas deem continuidade nos temas que já foram pesquisados.

Além disso, foi utilizada a pesquisa de campo que, segundo Gil (2010), pressupõe dela fazer parte a observação do espaço pesquisado, tendo flexibilidade na mudança dos objetivos, focando em um grupo ou área específica. O campo da pesquisa foi uma instituição de ensino superior privada que se encontra em Belo Horizonte, Minas Gerais, na região de Venda Nova. Em 2003 foi credenciada pelo MEC, oferece cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Os sujeitos da pesquisa foram uma gestora acadêmica e alunos/as em períodos finais de 10 cursos diferentes.

Para a realização da coleta de dados, foram utilizados, como instrumentos de coleta de dados, a entrevista e o questionário. Michel (2005) considera que a entrevista é um instrumento de comunicação face a face entre o entrevistador e o entrevistado, por meio do qual pode-se obter as informações necessárias. Esse instrumento foi aplicado a uma gestora da instituição investigada. Já o questionário é o composto por perguntas que podem ser respondidas dentro de um prazo pré-estabelecido, acompanhado de uma explicação previa sobre o motivo da pesquisa (MARCONI E LAKATOS, 2009). O questionário, portanto, foi aplicado para alunos/as que estão finalizando o curso, nos turnos matutino e noturno.

Análise histórica sobre os processos de exclusão e inclusão social de pessoas com deficiência

Desde a pré-história existem relatos sobre existência de pessoas com deficiência. Na antiguidade as crianças que apontavam ter algum tipo de deficiência eram abandonadas ou até mesmo eliminadas (RODRIGUES, 2008). Na idade média as pessoas com deficiência ainda eram vistas como defeituosas, doentes, mentalmente afetadas, porém não poderiam ser mortas, isso em função do cristianismo que passou a considera-los como criaturas de Deus (ARANHA, 2005).

No século XVI Johann Heinrich Pestalozzi defendia que toda criança teria direito a educação até mesmo aquelas pertencentes à classe pobre, pois acreditava que todos deveriam ter o conhecimento tornando-se autônomos. Já no início do século XX Maria Montessori, cria um método³ de ensino voltado para crianças com deficiência (RODRIGUES, 2008).

Nessa perspectiva, surgem alguns eventos que discutem a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar. Entre eles pode-se citar que no ano de 1990 em *Jomtien* na Tailândia, aconteceu uma conferência da qual foi construído um documento nomeada Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Participaram deste encontro 155 países, que em comum acordo pretendiam restabelecer o compromisso mundial de educar todas as pessoas do mundo. Após resoluções, decidiram que todas as pessoas do mundo tivessem acesso a uma educação de qualidade e que esta fosse prestada em um espaço adequado.

Em um dos artigos da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, em específico art. 3, é colocado que “as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo”. Pode-se perceber que foi um dos primeiros documentos precursores que evidenciou as pessoas em suas particularidades, principalmente as pessoas com deficiência.

Outro evento importante que apoia o direito à educação para as pessoas com deficiência aconteceu em 1994, na cidade de Salamanca na Espanha. Nesse evento ocorreu uma assembleia que contou com a colaboração de 88 governos e 25 organizações internacionais, do qual foi originado um documento nomeado de Declaração de Salamanca. Empenharam-se em um compromisso de reforçar a educação para todos, focando, principalmente, na educação de pessoas com deficiência. Além disso, foi reforçado que todas as crianças, jovens e adultos tenham direito a educação mesmo que o aluno

³O Método criado por Maria Montessori, para crianças com deficiências, baseava-se na observação de que meninos e meninas aprendem melhor pela experiência direta de procura e descoberta. São objetos simples, mas muito atraentes e projetados para provocar o raciocínio. Há materiais pensados para auxiliar todo tipo de aprendizado, do sistema decimal à estrutura da linguagem (RODRIGUES, 2008).

tenha alguma necessidade especial, ou seja, foi reafirmado que “qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A inclusão de pessoas com deficiência no Brasil

No Brasil, há registros de que em meados do século XX, surgiram movimentos sociais contra a discriminação, em que questionamentos quanto às formas de ensino dentro das escolas começaram a despontar. Desse modo, vale frisar que no ano de 1929 chegou ao Brasil a professora Helena Antipoff para atuar na Escola de Aperfeiçoamento, com objetivo de formar professores especializados para educar pessoas com deficiência, utilizando métodos baseados na Psicologia. A referida escola foi a primeira instituição de ensino superior a aplicar os métodos ensinados por Antipoff, tornando-se assim referência em todo país (CAMPOS, 2003). Com isso pressupõe que a sociedade passou a se preocupar com as pessoas com deficiência, havendo, nesse mesmo período, um crescimento de entidades voltadas à atendimentos especializados para essas pessoas (JANNUZZI, 2004).

A partir da influência de Antipoff no Brasil, percebeu-se que houve um crescimento no que se refere ao desenvolvimento de ações no âmbito da inclusão nas escolas, surgindo novas tecnologias, atendimentos diferenciados, leis que dão direitos e deveres para essas pessoas, fazendo com que elas se repositionem perante a sociedade (CAMPOS, 2003).

Ainda no século XX, especificamente em 1988 foi criada a Constituição da República Federativa do Brasil, no intuito de garantir os direitos e deveres fundamentais, além de limitar e organizar o Estado. No artigo 6º da referida legislação consta que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, [...] a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Em específico a educação é competência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Além disso, vale destacar que essa é a primeira lei que explicita o direito de todos à educação.

Aliados à Constituição Federal de 1988, o Brasil sofreu influências da Declaração Mundial de Educação para Todos, podendo ressaltar que as pessoas com deficiência precisam de uma atenção especial por conta de suas especificidades. E, também, da Declaração de Salamanca que ressaltava o direito das pessoas com deficiência à educação formal, considerando todas as modificações necessárias para atender a todos os tipos de deficiência.

Após a Declaração de Salamanca, percebe-se, como avanço na legislação brasileira, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9.394/96, a qual pressupõe regulamentar a educação escolar de todo o território nacional. Em seu Art. 21, a referida legislação ressalta que a educação escolar deve ser composta por dois níveis de ensino, são eles a educação

básica e a superior, sendo este considerado o aprimoramento em áreas específicas para atuação no mercado de trabalho.

Outro elemento importante colocado na LDB nº9.394/96, é o disposto no Art. 58, Capítulo V, em que se define a modalidade de educação especial, a qual é direcionada a pessoas com deficiência, deixando claro que é direito de todos a educação, tanto no ensino básico como no superior. Expõe ainda que a educação especial é voltada para pessoas com “deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (LDB, nº 9.394/96), sendo necessário apoio especializado para cada tipo de deficiência.

No que tange às deficiências existentes, essas podem ser explicadas pelo Decreto nº3.298 de 1999, que estabelece sobre a interação de pessoas com deficiência relacionada à sua proteção e outras disposições. A mesma legislação ressalva que a deficiência é toda perda ou impedimento de desempenho de alguma atividade que saia do padrão normal do ser humano.

O Decreto nº3.298/99 classificada em cinco categorias os tipos de deficiência existente, sendo elas: a) Deficiência Física: Se dá pela falta completa ou parcial de qualquer membro do corpo humano, comprometendo o físico da pessoa, podendo ser por paraplegia, paraparesia, tetraplegia, paralisia cerebral; b) Deficiência auditiva: Perda parcial, integral ou bilateral, de 41 decibéis (dB) ou mais; c) Deficiência visual: Acontece pela cegueira onde a média da soma do campo visual de ambos os olhos seja menor ou igual a 60%; d) Deficiência mental: É quando o funcionamento do cérebro está menor que a média, limitando a pessoa a áreas adaptativas do convívio social, tais como: Comunicação, Cuidado pessoal, Lazer, Habilidades; e) Deficiência Múltipla: É quando a pessoa possui duas ou mais deficiências (DECRETO nº3.298/99).

Infere-se que a partir deste Decreto nº3.298/99 se fez necessária a criação de algumas leis que atendessem a cada tipo de deficiência. Pode-se citar como exemplo a Lei nº 10.436 de 2002 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de expressão e comunicação dos Surdos. A mesma obriga as Instituições de Ensino Médio e Superior a introduzirem a Libras na matriz curricular dos cursos de “formação de Educação Especial, Fonoaudiologia e de Magistério”, prioritariamente, e demais cursos de forma optativa ou obrigatória.

Visto que as Instituições de Ensino devem estar preparadas para receber as pessoas com deficiência, o Decreto nº 7.611 de 2011 institui que o atendimento especializado deve abordar a proposta pedagógica da escola, participação dos familiares e dos estudantes. Incentivar o crescimento de recursos que acabem com as obstruções no processo de ensino e aprendizagem e garantir meios para que essas pessoas possam continuar se aperfeiçoando academicamente em todos os níveis da educação é outra proposta alavancada por essa legislação.

A gestão da educação inclusiva na Educação Superior

Para Luck (2001), a gestão é construída a partir de um consenso de ideias e ações definidas, sendo estas construídas pelo grupo da organização, englobando toda a equipe. No que se refere à responsabilidade do gestor e à operacionalização da gestão, Rosa (2008) esclarece que se faz necessário controlar pessoas e organizar as estratégias que foram planejadas sem deixar de levar em conta os objetivos e metas da instituição.

Entre os vários tipos de gestão, ressalta-se a gestão estratégica, que pode ser definida como conjunto de ações que deverão ser aplicadas em um planejamento futuro, ou seja, o gestor deverá estar preparado para pensar em estratégias e alternativas que poderão ter efeitos sobre o planejamento da empresa a medida que as diferentes necessidades forem surgindo (MOTTA, 2004).

Além disso, vale frisar que a gestão é encontrada em vários ramos, entres eles, destaca-se a gestão escolar. Além dos aspectos citados anteriormente, caberá ao administrador da área de educação saber as normas e diretrizes que regulamentam o seu empreendimento e os recursos necessários que irão compor sua estrutura organizacional (LIBÂNEO, 2003). Nesse sentido, Campos e Silva (2009) complementam que o gestor escolar deve delegar, liderar, assumir responsabilidades acordadas junto a sua equipe, trazendo a comunidade para o meio interno da escola, evidenciando assim a necessidade de habilidades conceituais na gestão de uma instituição educacional.

Assim também, Rosa (2008, p.21) discorre que no caso das instituições de ensino, essas “devem determinar quais recursos possuem - humanos, materiais, financeiros -, e se são suficientes para permitir vantagem qualitativa em relação à concorrência existente no ambiente de atuação, e então identificar a estratégia adequada para sobreviver e crescer”.

Como uma forma estratégica de gestão nas escolas e faculdades, encontram-se alguns modelos de gestão que influenciarão na forma de gerir uma organização, entre elas, cita-se a burocrática e democrática. A gestão burocrática é definida por não ter a participação de todos os envolvidos no processo, pois as decisões veem somente da direção, tornando assim uma direção centralizada. Neste modelo, as competências técnicas são mais valorizadas que as interpessoais. Já a gestão democrática envolve o trabalho em equipe dentro da organização, e tem como premissa a valorização de todos os envolvidos (LIBÂNEO, 2003).

A gestão democrática tem como pressuposto também a participação coletiva, pois os participantes ajudam na tomada de decisão, traçam objetivos e metas compartilhadas, o que, desse modo, tornam as relações com os clientes mais dinâmicas, destaca Libâneo (2003). É pertinente lembrar que a gestão democrática está amparada por legislações brasileiras, como a Constituição Federal de 1988, que evidencia essa gestão, principalmente no âmbito de instituições públicas, como

um dos princípios da educação brasileira, a qual é regulamentada pela Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), nº 9.394/96.

Em uma gestão democrática, o gestor precisa se atentar não somente à administração, mas também com os planos pedagógicos, pois é responsável por gerir os recursos necessários para que a atividade fim seja entregue com êxito aos alunos (WITTMANN. Et. Al. 2007). Do mesmo modo, Libâneo (2003) propõe que, para ter sucesso no processo de gestão da instituição, o gestor deve praticar quatro funções, sendo definidas como: a) Planejamento escolar e projeto pedagógico-curricular: são ações para tomadas de decisões direcionadas aos objetivos. É dar uma direção para o processo educativo, formalizar o plano curricular; b) Organização geral do trabalho: envolve os recursos necessários para o funcionamento da instituição; c) Direção e coordenação: verificar e controlar as atividades exercidas pelo pessoal da instituição, discutir sobre os objetivos e metas, apoiar e auxiliar o corpo pedagógico; d) Avaliação da organização e da gestão da escola: acompanha e controla o que foi planejado, o resultado alcançado, se os objetivos e metas foram alcançados, divulgar o *feedback* (LIBÂNEO, 2003).

As instituições de ensino superior podem ter formas de atuação diferentes. Machado (2008) as separa em:

A coordenação acadêmica deve cuidar das relações com o MEC e das discussões acadêmicas (emendas, programas, relações acadêmicas com os alunos e professores). A gestão de mercado deve cuidar das relações com o mercado, das visitas aos empregados, da “venda” do curso, dos investimentos em infraestrutura, etc. (MACHADO, 2008, p.20).

Dessa maneira, separando os gestores com suas respectivas responsabilidades, Libâneo (2003) apresenta algumas práticas para uma boa gestão, sendo elas: a) Ações de natureza técnico-administrativa: envolve normas, diretrizes; boa manutenção dos recursos utilizados, como edifício, instalações; b) Ações de natureza pedagógico-curricular: engloba todos os aspectos relacionados à atividade escolar, de ensino; ocorre o processo de tomada de decisão voltada para os pedagogos (LIBÂNEO, 2003).

A educação no Brasil tem dois níveis de ensino, o básico e o superior. Com relação ao ensino superior, Schmitz e Bernardes (2008) apontam que é muito complicado as instituições de ensino superior se adequarem a todas as mudanças, principalmente por exercerem múltiplas atividades, como o ensino, pesquisa e extensão, visto que possuem uma forma de gestão muito burocrática, político, entre outros.

Além disso, Andrade (2002) evidencia que as instituições de ensino superior possuem uma complexidade maior devido aos colaboradores terem mais autonomia, vários objetivos coexistentes e pelo fato de cada instituição possuir um padrão diferente. Somado a esse cenário, encontram-se

dificuldades relativas a processos de comunicação interna e externa, bem como ainda há dificuldades com a utilização de novas tecnologia, o que torna, assim, a gestão mais desafiadora.

Em consonância com Andrade (2002), Scharmach (2010) completa que a gestão das Instituições de Ensino Superior é deficiente, visto a necessidade de as mesmas precisarem tomar decisões imediatas sobre as mudanças que ocorrem em um ambiente em que, a demora existente nos processos, dificulta a gestão do planejamento estratégico.

Já Walter e Meyer Júnior (2010) afirmam que as instituições de ensino superior possuem parcialmente uma gestão mais autônoma, em que as decisões são anunciadas e as resoluções negociadas mais lentamente, o que torna mais difícil a gestão. Os autores ainda alegam que, normalmente, as pessoas eleitas para assumir um cargo de gestão dentro das instituições são professores que, na maioria das vezes, não tem conhecimento da área de gestão e adquirem conhecimento ao longo do tempo de prática, o que pode dificultar o processo, pois, de acordo com Machado (2008), não adianta entender apenas do modelo pedagógico, mas, também de toda administração do negócio.

Ainda nesse sentido, Machado (2008) diz que as instituições de ensino superior precisam ter um modelo de planejamento estratégico, de modo a serem definidos os objetivos e as estratégias que a empresa pretende traçar para alcançar o objetivo final; implementar indicadores e metas, para que consiga mensurar e acompanhar o desenvolvimento da mesma; desenvolver o plano tático baseado nos objetivos e metas; e, por fim, deve ser verificado quais são as vantagens competitivas de mercado, o que diferencia a empresa das demais, quais são os atrativos e diferenciais da empresa para encantar o cliente, pois o mercado está em constante mudança e com isso é necessário que toda empresa se atualize constantemente.

Com as mudanças que estão ocorrendo no ambiente escolar, sendo uma delas a inserção de pessoas com deficiência, se vê necessário que o gestor se adeque a essas transformações, objetivando principalmente a inclusão escolar (ROSA, 2008). Para incluir a diversidade de alunos no meio educacional existem desafios a serem enfrentados, principalmente no que se refere à convivência com as diferenças das pessoas, por isso deve-se trabalhar essa inclusão não apenas no ambiente escolar, mas também com o mundo, sendo essencial para a formação de qualquer profissional (ALVES, 2008).

As instituições de ensino superior possuem um papel fundamental no processo de inclusão, pois devem fornecer condições para que esses alunos possam ter acesso ao ensino de qualidade e com ótima transitabilidade. Nessa perspectiva, a Lei nº 10.098/00 destaca que as instituições de ensino devem oferecer acessibilidade; eliminar as barreiras de transporte na arquitetura que possa impedir o ir e vir do aluno com deficiência ou mobilidade reduzida; modificar o mobiliário para que torne de

fácil acesso; tenha matérias, equipamentos que auxiliarão o aluno na sua participação, autonomia, independência; que seja disponibilizado interprete de Libras em caso de alunos com deficiência auditiva, leitores de textos em Braile para os alunos com deficiência visual; e qualquer outra medida que o aluno precisar. É importante sublinhar que esta lei é a utilizada pelo Ministério da Educação (MEC) em suas fiscalizações e regulamentações de instituições de ensino superior.

O MEC também utiliza, como ferramenta para normalizar as instituições de ensino superior, a lei nº 10.861/04, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que tem como principal objetivo avaliar as instituições de ensino superior, considerando os cursos de graduação em suas múltiplas dimensões, como o ensino, a pesquisa e a extensão, além do desempenho dos alunos, o corpo docente, as instalações físicas que a instituição disponibiliza para a comunidade acadêmica, entre outros. Nesse cenário, destaca-se que as instituições de ensino superior têm o desafio de assegurar que as pessoas com deficiência tenham seus direitos resguardados, podendo participar de todos os eventos da instituição de forma acessível e plena.

Vale salientar que em 2015 foi sancionado a lei nº 13.146/15, a qual institui que todas as pessoas, independente de suas capacidades, possuem direito a igualdade e acesso à educação em todas as suas modalidades, sendo obrigatório, por parte das instituições, a oferta de uma estrutura adequada para receber as pessoas com deficiência, o que pode ser realizado por projetos pedagógicos com atendimento especializado, projetos em que incentivem o envolvimento e desenvolvimento dos alunos com deficiência no âmbito educacional e social, bem como o incentivo e participação dos familiares nas ações que envolvem a comunidade escolar, entre outros.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) a população brasileira é formada por aproximadamente 206.081.432 pessoas e 6,2% (12.777.048) da população possui pelo menos uma deficiência. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) registrou, em um período de 10 anos (2003 até 2013), a inserção de pessoas com deficiência em instituições de ensino superior público e privado. Durante este período as efetivações de matrículas totalizaram em aproximadamente 19% nas instituições de ensino superior privado e 15% nas instituições de ensino público.

Diante disso, pode-se inferir que, mesmo com o aumento do número de matrículas nas instituições, ainda precisamos melhorar muito no âmbito da educação inclusiva no ensino superior. É necessário, por exemplo, que a inclusão das pessoas com deficiência nas instituições seja mais respeitada, para que tanto as instituições privadas quanto as públicas possam ter atendimento especializado para as necessidades de cada aluno (DOCUMENTO ORIENTADOR DO PROGRAMA INCLUIR, 2013).

ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de dois instrumentos, quais sejam, entrevista semiestruturada e questionário. A entrevista foi aplicada para a coordenadora acadêmica da instituição investigada, a qual possui 40 anos, é graduada em Psicologia, realizou especialização em Psicopedagogia e gestão de pessoas, cursa mestrado em Administração e está há aproximadamente 6 anos na instituição investigada. Já o questionário foi aplicado para alunos/as do turno matutino e noturno, totalizando 217 alunos/as de cursos diferentes, entre eles Administração, Direito, Enfermagem, Pedagogia, Ciências Contábeis, Nutrição e Medicina. Optou-se por aplicar o questionário a estudantes dos últimos períodos, entendendo que esses possuem uma vivência mais extensa na instituição investigada e, assim, poderia fornecer informações mais consistentes.

Discursos da gestora acadêmica e dos/as estudantes de graduações sobre a inclusão escolar

Inicialmente a entrevistada foi questionada sobre o modelo de gestão utilizada na instituição, sobre esse respeito obteve-se a seguinte resposta:

O modelo de gestão da instituição é democrático, mas dependendo do tipo de assunto que é tratado ele precisa ser burocrático [...]. Se um aluno me pede uma situação que vai abranger a parte administrativa financeira, dependendo do assunto ela torna burocrática, mas se for algo que a gente consiga resolver entre Cristiane e coordenadores ela torna-se democrática. Mas geralmente ela é democrática do que burocrática, mas a burocracia existe dentro da instituição. (GESTORA ENTREVISTADA, 2017).

Este modelo de gestão mais utilizada na instituição é a amparada pela Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9394/96. Nesse sentido, Libâneo (2003) completa que

A gestão democrática, por um lado, é atividade coletiva que implica a participação e objetivos comuns; por outro, depende também de capacidades e responsabilidades individuais e de uma ação coordenada e controlada. (LIBÂNEO, 2003, p.326).

Em seguida foi questionada se a instituição está adequada aos parâmetros legais para atender às pessoas com deficiência, e a resposta foi:

A instituição desde 2010, que eu estou aqui, vem se adequando em relação à infraestrutura para o recebimento dos alunos com qualquer tipo de deficiência. Então hoje vocês conseguem perceber as rampas, os elevadores, o piso tátil, a plaquinha de braile nas salas. Essas adequações, além das melhorias que a própria instituição faz é também uma exigência do próprio MEC, inclusive para reconhecimento e autorização de cursos. Então, a gente se adequa conforme a legislação vigente. Passa por vistorias, inclusive do Corpo de bombeiro. (GESTORA ENTREVISTADA, 2017).

Estas modificações voltadas para a inclusão, que a instituição realiza está regulamentada na Lei nº 10.098/00, no artigo 10-A, a qual refere-se à utilização de “sinalização tátil” no piso nos locais onde apresenta alguma ameaça de acidentes a pessoas com deficiência. E o artigo 13, da mesma lei, estabelecendo que seja obrigatória a instalação de elevadores acessíveis para pessoas com deficiência.

Além de todo o esforço da instituição em implantar a acessibilidade, foi inquirido se a inclusão de pessoas com deficiência constava do planejamento estratégico institucional e em quais documentos institucionais o tema era tratado. Assim, segunda a gestora:

Consta, consta sim. O que acontece, além da adequação dentro da legislação, essa inclusão de pessoas com deficiência ela torna-se primeiro necessária, não pode de forma nenhuma abandonar ou discriminar essas pessoas [...] E essa inclusão faz parte do nosso planejamento sim. Tenho um professor gago, [...]. Esses documentos são os PPC's (Projeto pedagógico de curso) é fundamental, porque o MEC também exige essa demanda, então é algo que está registrado para que o aluno possa esta resguardado dos seus direitos. (GESTORA ENTREVISTADA, 2017).

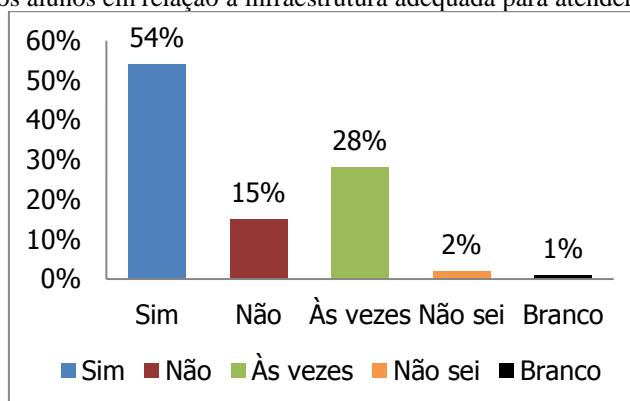
Além disso, entre os documentos da instituição investigada pesquisados, notou-se que nos Projetos pedagógicos de cursos (PPC) pode-se encontrar o tópico referente a “condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (dec. no 5.296/2004)”. Além deste, encontrou-se outro documento, qual seja o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2015 a 2019, que também destaca sobre o “atendimento a pessoas com deficiência”. Percebeu-se também que o tema é referenciado em outros tópicos do plano.

Posteriormente, foi indagado à gestora e aos alunos se os mesmos consideram positivo as adequações pelas quais a instituição tem passado, no sentido de tornar a estrutura física acessível às pessoas com deficiência. Conforme a opinião da gestora:

Toda melhoria de adequação na instituição, principalmente, no que tange a infraestrutura é super bem-vinda, sendo deficiente ou não sendo deficiente. Hoje, por exemplo, estamos trabalhando com o prédio de estacionamento para vocês. [...]. Hoje a instituição tem vaga reservada para os deficientes, também, e a gente inclusive quanto técnico administrativo, a gente prima por este respeito a estes alunos, as vagas são reservadas, [...]. Mas eu vejo como muito positivo estas melhorias institucionais. (GESTORA ENTREVISTADA, 2017).

Já a visão dos alunos, pode ser verificada no gráfico 1, que segue abaixo:

Gráfico 1: Concepção dos alunos em relação à infraestrutura adequada para atender pessoas com deficiência.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Segundo 54% dos alunos, a instituição está adequada para atender as pessoas com deficiência, o que vai ao encontro da perspectiva da gestora. Em consonância com o ponto de vista da gestora e

dos alunos, a Lei nº 10.098/00 define, no artigo 2, a existência da acessibilidade que é a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações[...]” e a eliminação de barreiras, consideradas como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa[...]”

No que se refere à disponibilização de treinamentos para os funcionários no sentido de orientá-los a realizar atendimentos aos alunos com deficiência a gestora entrevistada afirma que:

O treinamento para os meus funcionários não é específico, ele não é voltado para o aluno com deficiência, se me perguntar seu funcionário sabe libras? Não, podem até ter por competência pessoal, mas não é algo que eu primo para uma contratação. O que a gente sempre pede ao nosso funcionário é a cordialidade, o respeito, a educação, tendo dúvida e não consiga realizar o atendimento é necessário que direcione a alguém que faça esse atendimento. Hoje não tenho nenhum aluno mudo, apenas com dificuldade de locomoção, deficiente com baixa visão, para estes alunos as provas são impressas de forma ampliada, os professores conseguem detectar quando um aluno tem alguma dificuldade, mas esperamos que os alunos nos procurem também até mesmo para conseguirmos oferecer o que eles precisam, como por exemplo, o aluno do direito que é cadeirante e me procurou informando que a inclinação da rampa estava inadequada e com isso realizamos os ajustes, é uma ajuda mútua. Tivemos uma aluna muda no curso de direito na instituição, mas que, já não está conosco mais que tinha um interprete em sala de aula. (GESTORA ENTREVISTADA, 2017).

Em contrapartida, 39% dos alunos acreditam que o corpo administrativo e docente não está preparado para atender pessoas com deficiência, conforme o quadro1 abaixo:

Quadro1: Concepção dos alunos em relação a preparação do corpo administrativo e docente para atender as pessoas com deficiência.

Sim	Não	Às vezes	Não sei	Branco	Total
23%	39%	21%	17%	0%	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Diante dos dados fornecidos percebe-se que os alunos respondentes discordam da gestora no que se refere ao atendimento adequado dos funcionários às pessoas com deficiência. Diante desta percepção acredita-se que, como forma de melhoria, a instituição pode reavaliar o atendimento dos seus colaboradores em relação a essas pessoas.

Neste mesmo sentido, foi questionado à gestora se ela considera que a instituição está apta a atender os alunos com necessidades especiais, tanto na parte de infraestrutura quanto ao que se refere ao psicológico e pedagógico. O retorno da mesma foi:

Acredito que sim. Hoje na instituição sobre infraestrutura está muito claro essas adequações que a instituição fez e tem feito em relação a estar recebendo esses alunos. Quanto aos fatores psicológicos e pedagógicos eu tenho hoje uma psicopedagoga, que recebe esses alunos para esse amparo emocional no que tange essas questões da deficiência, mas não é aberta ao atendimento para a comunidade, ela atende qualquer aluno que a procure, seja um aluno com deficiência ou não [...]. Acho sim que estamos bem preparados e cada dia que passa são melhorias que vêm para somar a infraestrutura da instituição, as rampas o elevador, etc. (GESTORA ENTREVISTADA, 2017).

Percebe-se que a visão da gestora está em conformidade com as premissas da educação inclusiva que garante o aprendizado das pessoas com deficiência de forma a extinguir as intempéries que possam atrapalhar o desenvolvimento dessas pessoas. O Decreto nº 7.611 de 2011 art. 2º salienta que o atendimento especializado precisa englobar o projeto pedagógico da instituição, atuação dos alunos e seus familiares, assim como estimular a continuidade dessas pessoas no ambiente acadêmico.

Desse modo, percebe-se que as responsabilidades de um gestor dentro da instituição são inúmeras, entre elas fomentar as “Ações de natureza técnico-administrativa” que compreende em “legislação escolar e as normas administrativas; os recursos físicos, materiais, didáticos e financeiros; a direção e administração [...]” e “Ações de natureza psicopedagógico-curricular” que é a gestão do “currículo, do ensino, do desenvolvimento profissional e da avaliação, ou seja, a gestão dos próprios elementos que constituem a natureza da atividade escolar” (LIBÂNEO, 2003, P.369, 372).

Nessa perspectiva, foi perguntado à gestora qual a importância dos gestores no processo de desenvolvimento de ações voltadas a inclusão e quem eram os responsáveis. E sua resposta concordou com a visão do autor citado acima, quando a gestora respondeu que

É preciso entender que o deficiente hoje faz parte do nosso cotidiano, da vida, seja dentro da instituição, seja da parte social. A instituição vê de forma muito tranquila, não tem dificuldade nenhuma em receber e realizar este planejamento. Hoje na instituição nós temos um setor de obra que inclusive está direcionado para a obra do estacionamento garagem, são eles que nos dão amparo legal em relação a essas questões da infraestrutura, temos um técnico de segurança do trabalho também, para acompanhar todos estes procedimentos e hoje ligado diretamente a estes tipos de planejamentos é o setor administrativo. O setor acadêmico, que seríamos nós, realiza o acompanhamento e a solicitação, mas quem realmente coloca em prática é a parte administrativa. (GESTORA ENTREVISTADA, 2017).

Assim, Alves (2008) acrescenta que inserir tais alunos no ambiente educacional não é fácil, pois existem diversos empecilhos que devem ser vencidos. A inclusão não está inserida apenas no ambiente acadêmico, mas em todos os espaços sociais, inclusive nas práticas dos profissionais de todas as áreas. Desse modo, a inclusão proporcionada nas instituições de ensino superior pode impactar na vida de futuros profissionais e na mudança de paradigmas que ainda estigmatizam as pessoas com deficiência na sociedade de modo geral.

O papel que as instituições de ensino superior possuem dentro do segmento de inclusão de pessoas com deficiência é de extrema importância, pois elas precisam dispor de acessibilidade para todos esses alunos, dando-lhes o direito de ir e vir sem quaisquer tipos de interferências, além de garantir uma educação de qualidade (Lei nº 10.098/00). Dessa forma, foi questionado à gestora se no seu ponto de vista a instituição necessita de melhorias e quais seriam, caso a resposta fosse positiva, para tanto obteve-se a seguinte resposta:

Como a Faminas hoje ela tem mais deficientes físicos, eu acredito que nós estamos prontos para receber qualquer tipo de aluno com deficiência, seja no bloca A, B,

portaria, acesso à parte administrativa e a biblioteca que já possui piso regular. Acho que melhorar a gente sempre precisa, mas o que, eu te confesso que não sei, [...] se houver uma necessidade de uma nova lei em que obriga uma nova estratégia para recebê-los nós vamos nos adequar, mas não sei informar uma outra sugestão de melhoria, acredito que já estamos a frente de muitos no que tange a esta infraestrutura para deficientes. (GESTORA ENTREVISTADA, 2017).

Sobre a necessidade de melhorias dentro da instituição, foi indagado aos alunos se eles consideram importante, para a formação profissional, a instituição oferecer eventos sobre a inclusão de pessoas. Sobre esse respeito segue no quadro abaixo.

Quadro 2: Necessidade de oferta de eventos e discussões sobre a inclusão de pessoas com deficiência na instituição

Sim	Não	Às vezes	Não sei	Branco	Total
95%	0%	4%	0%	0%	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme análise dos dados disponíveis, 95% dos alunos acreditam ser necessário o acesso a eventos sobre a inclusão oferecidos pela instituição. Além disso, uma das perguntas do questionário foi aberta, de modo que os alunos pudessem expressar suas sugestões do que poderia ser feito para melhorar a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente universitário. Algumas dessas sugestões foram: que deveriam ter divulgação, palestras, eventos, capacitação dos colaboradores e professores, elaborar um canal de comunicação entre pessoas com deficiência e instituição, melhorias da acessibilidade, mostrar a realidade das pessoas com deficiência, contratar corpo administrativo e docente preparados, criação de programas, divulgar que a instituição possui a acessibilidade, braile para cegos, interpretes disponíveis, projetos com pessoas com deficiência.

Seguem os pontos de vista de alguns alunos referente a estas sugestões:

Em início não é só incluir por mera obrigação ou fato político, mas sim inclui-los no sentido de mostrar e colaborar na ideia de que todo e qualquer ser humano tem o direito a educação, sendo incluído de forma significativa. (ALUNA, PEDAGOGIA, 2017).

A disciplina de Libras deveria ser ministrada desde o início dos cursos e os professores também deveriam receber tal treinamento e conteúdo. (ALUNA, NUTRIÇÃO, 2017).

“A inclusão deve ser um processo amplo, deve ser pensada como um todo é preciso primeiro uma sociedade inclusiva” (ALUNA, DIREITO, 2017).

“Adaptação da infraestrutura, marketing/divulgação e adaptação às necessidades específicas” (ALUNO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2017).

“Elaborar um canal de comunicação entre portadores de deficiência e a Instituição.” (ALUNO, ADMINISTRAÇÃO, 2017).

“Eventos sobre a inclusão de pessoas com deficiência. Colocar rampas e elevadores em toda faculdade. Placas escritas em braile.” (ALUNA, MEDICINA, 2017).

Abordar mais o tema na faculdade, disponibilizar cursos profissionalizantes e adicionar a matriz curricular de todos os cursos, disciplinas que englobam o aprendizado de inclusão de pessoas com deficiência (ALUNA, ENFERMAGEM, 2017).

Outro elemento relevante de ser mencionado, é o fato de que consta nas matrizes curriculares das turmas investigadas a disciplina de Libras como componente obrigatório, embora a Lei nº 10.436 de 2002 preconize a oferta da disciplina de Libras, prioritariamente, “nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério” no ensino superior. Dessa forma, pode-se dizer que a instituição está avançada com relação ao que é cobrado minimamente pela referida lei, visto que a mesma ampliou essa disciplina para todos os cursos.

Nesse sentido, foi interrogado aos alunos sobre o tema de inclusão de pessoas com deficiência em sua matriz curricular. As respostas dos mesmos podem ser observadas no quadro abaixo:

Quadro 4: Na matriz curricular do seu curso algum (ns) tema (s) de inclusão de pessoas com deficiência foi (foram) abordado (s) em alguma disciplina.

Sim	Não	Às vezes	Não sei	Branco	Total
82%	10%	7%	1%	0%	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Dos 217 respondentes, 85% afirmaram que sim, que o tema foi/é retratado na sala de aula na disciplina de Libras. Dessa forma, pode-se inferir que as ações da instituição investigada estão em consonância com o Estatuto da pessoa com deficiência, o qual é regido pela Lei nº13.146/15, e defende os direitos e deveres das pessoas com deficiência, assegurando que elas sejam recebidas em todos os ambientes, inclusive no ambiente educacional, devendo sempre fornecer informações e orientações adequadas, tanto para atender as pessoas com deficiência, como ensinar a sociedade a conviver com elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como finalidade estudar a inclusão de pessoas com deficiência em uma instituição do ensino superior em Belo Horizonte - MG. Percebe-se que cada vez mais a sociedade se torna inclusiva, o que não é diferente com as instituições de educação superior. A pesquisa evidenciou que, no que tange à gestão de instituições de ensino superior, é necessário um planejamento e preparação para receber todas as pessoas, independente de suas necessidades, oferecendo uma infraestrutura adequada e um atendimento qualificado.

Observou-se que os alunos investigados reconhecem que a instituição possui uma infraestrutura adequada para atender as necessidades físicas das pessoas com deficiência, porém não

percebem ações promovidas pela instituição, além de não ser do conhecimento de todos que a disciplina de libras consta em todas as matrizes curriculares dos cursos oferecidos pela instituição, como forma de inclusão.

Outro fator relevante, é que a instituição atende aos requisitos mínimos exigidos pelos órgãos regulamentadores, além de estar aberta a novas adaptações, caso necessário. Entretanto, entende-se que estas adequações estão voltadas ao cumprimento de uma exigência legal em primeiro lugar, sendo o bem-estar desses alunos algo secundário em decorrência desta ação.

Os resultados da pesquisa confirmam os objetivos propostos e respondem ao problema apresentado, além de confirmar a hipótese de que a instituição se mantém dentro das legislações atribuídas a inclusão de pessoas com deficiência, porém os alunos vivenciam, mas não percebem essas adequações de forma clara.

Importante ressaltar a dificuldade que as pesquisadoras enfrentaram para encontrar literatura (estado da arte) específica sobre o tema, além da maioria dos questionados não possuírem conhecimentos aprofundados sobre o tema. Sugere-se a continuidade de outros estudos considerando a amplitude da área e a pouca literatura sobre a gestão da educação inclusiva no âmbito da educação superior.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Arnaldo Rosa. *Planejamento Estratégico: Formulação, Implementação e Controle*. São Paulo: Atlas, 2002.

ARANHA, Maria Salete Fábio. *Projeto Escolar Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais dos alunos*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. *Acessibilidade*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso 28 de abril 2017.

BRASIL. *Atendimento*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso em 28 de abril 2017.

BRASIL. *Atendimento educação especial*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso em 28 de abril 2017.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 20 de abril 2017.

BRASIL. *Decreto nº3.298*, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em 25 de abril, 2017.

BRASIL. *Decreto* N° 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso 27 de abril, 2017.

BRASIL. *Decreto* n° 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso 13 de maio de 2017.

BRASIL. *Documento Orientador do Programa incluir - acessibilidade na educação superior secadi/sesu-2013*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192> Acesso 01 de maio 2017.

BRASIL. *Indicador* MEC/INEP. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16759-principais-indicadores-da-educacao-de-pessoas-comdeficiencia&Itemid=30192> Acesso 10 de maio de 2017.

BRASIL. *Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002*. Língua Brasileira de Sinais - Libras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> Acesso 23 de março 2017.

BRASIL. *Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso 23 de março 2017.

BRASIL. *Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm> Acesso 08 de maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Inclusão: Revista da Educação Especial*. Vol. 4, n°. 1. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>> Acesso em 30 de abril 2017.

BRASIL. *Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004*. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm> Acesso 31 de maio 2017.

BRASIL. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf> Acesso em 30 de maio 2017.

CAMPOS, Marli; SILVA, Neide de Melo Aguiar. *Gestão escolar e suas competências: um estudo da construção social do conceito de gestão*. In: IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE, 2009. p. 1860-1873. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2736_1234.pdf> Acesso 26 de abril 2017.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. *Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação*. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142003000300013&script=sci_arttext> Acesso em 14 de abril 2017.

ESPANHA. *Declaração de Salamanca*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso 26 de março 2017.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Gil, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. – São Paulo: Atlas 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCK, Heloísa. *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*. 5. ed. Rio de Janeiro. 2001.

- MACHADO, Luís Eduardo. *Gestão estratégica para instituições de ensino superior privadas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- MICHEL, Maria Helena. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 2005.
- MOTTA, Paulo Roberto. *Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente*. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- PESSOTTI, Isaias. *Deficiência mental: da superstição a ciência*. São Paulo: T.A Queiroz, 1984.
- ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. *Acesso e Permanência do aluno com deficiência numa Instituição de Ensino Superior*. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/273/132>> Acesso em 30 de maio 2017.
- RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. *Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente*. Bauru, MEC/FC/SEE, 2008. Disponível em: <<http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/Livro2.pdf>> Acesso em 14 de abril 2017.
- ROSA, Clóvis. *Gestão estratégica escolar*. 3ªed. Revista e ampliada- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- SANTOS, Monica Pereira dos, PAULINHO, Marcos Moreira. *Inclusão em educação: culturas, políticas e praticas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, Leomar dos; BRONNEMANN, Márcia Regina. *Desafios da gestão em instituições de ensino superior: um estudo de caso a partir da percepção de diretores de centro de uma IES pública do sul do Brasil*. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n1p1/23984>> Acesso 01 de maio 2017.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- TABATONI, P.; JARNIOU, P. A dinâmica das normas na administração estratégica. In: H. or ANSOFF, I.; DECLERCK, R P. e HAYES, R. L. (org.). *Do planejamento estratégico à administração estratégica*. São Paulo: Atlas, p. 41-47, 1985.
- TAILÂNDIA. *Declaração mundial de educação para todos*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>> Acesso em 20 de abril 2017.
- WITTMANN, Lauro Carlos. Et. Al. *Políticas e práticas da gestão local da educação em municípios catarinenses*. 2007. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/228.pdf> Acesso 06 de maio 2017.